

Estado Bandeirante e Estado novo: Um alinhamento autoritário, um Brasil no original

Alessandro Santana da Cunha¹, Prof^a Doutoranda Zuleika Stefânia Sabino Roque²

¹Univap/Curso de História, Av. Shishima Hifumi 2911, Urbanova, São José dos Campos, São Paulo, ale.santana.sjc@gmail.com

²PUC-SP/Programa de História, R. Monte Alegre 1140, Perdizes, São Paulo, stefania.sabino@hotmail.com

Resumo – O presente trabalho tem por objetivo propor uma análise histórica, não literária, à obra de Cassiano Ricardo, especificamente nos livros: *Martim Cererê* (1928), *O Brasil no Original* (1936) e *Marcha para o Oeste* (1940); por meio delas buscar-se-á compreender como Cassiano Ricardo e os demais membros do chamado Movimento Bandeira, na década de 1930, pensavam o Brasil e o povo brasileiro, propondo para o país um verdadeiro projeto autoritário de nação, o *Estado Bandeirante*. Com a instalação do Estado Novo, em 1937, praticamente todo o grupo foi incorporado ao novo governo, e sua proposta executada. Desta forma, é também objetivo deste trabalho mostrar as semelhanças entre o Estado Bandeirante imaginado e o Estado Novo posto em prática.

Palavras-chave: Getúlio Vargas, Estado Novo, Cassiano Ricardo, Identidade Nacional, Brasilidade.

Área do Conhecimento: História

Introdução

Nos últimos anos, muito se tem produzido acerca da personalidade e sobre as obras de Cassiano Ricardo, principalmente referente à sua vertente literária. *Martim Cererê* (1928), *Vamos caçar papagaios* (1926) e *Marcha para Oeste* (1940) são algumas das suas obras mais conhecidas. No entanto, escassos os estudos sobre sua participação política no contexto das décadas de 30 e 40. Desta forma, é muito mais lembrado por sua contribuição acadêmica do que por seu engajamento político no período de 1920 a 1940.

Metodologia

Para realizarmos este trabalho, nos basearemos principalmente no livro *Brasil no Original*, de Cassiano Ricardo; também serão objetos de análise, números do jornal *Correio Joseense* dos anos 1936 a 1937 e a produção acadêmica que vem discutindo, do ponto de vista historiográfico, a obra de Cassiano Ricardo, no bojo das questões da “invenção” de uma identidade nacional.

Discussão

Cassiano Ricardo foi peça-chave como um dos principais ideólogos do regime autoritário Estado Novo (1937-1945), chefiado por Getúlio Vargas, assumindo postos estratégicos da estrutura governamental, como chefe do DEIP (braço estadual do DIP) paulista. Não por acaso, pois desde os anos 20, quando se inseriu no modernismo e no debate intelectual acerca da “verdadeira” identidade do país, nunca escondeu suas tendências autoritárias. Nesta época, participou juntamente com Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Mota Filho, entre outros, do *Movimento Verde-amarelo*. Como a vertente mais

conservadora do modernismo, os verde-amarelos pensavam a influência da cultura européia como grande obstáculo à afirmação da nacionalidade, na medida em que impedia o contato com a realidade brasileira, onde somente através da valorização de suas tradições o país conseguiria afirmar-se enquanto tal, impondo-se no contexto internacional, sendo preciso, para isso, defender o “tesouro da brasilidade”, fechando-o às influências externas (Velloso, 1983).

Um dos frutos dessa experiência nacionalista é o livro *Martim Cererê*, lançado em 1928 e com ilustrações de Di Cavalcanti, na sua primeira edição, onde em forma de versos, Cassiano narra a origem do Brasil, a partir da história do marinheiro branco Martim, que para ganhar o amor da índia Uiara, vai à África e traz a noite – os escravos, na analogia -, nascendo deste amor os Bandeirantes, que desbravaram os sertões, plantaram os cafezais e colocaram o país nos rumos do crescimento, tornando-se os grandes heróis do Brasil.

*E como o marinheiro lhe houvesse
Trazido a noite a Uiara casou com ele;
Então... Nasceram os gigantes de botas.
Vermelhos, mamelucos, pretos e brancos;
de todas as cores.
Que sururucaram no mato...
E que foram fazer uma coisa e fizeram outra.*
(Ricardo, 1974. p 45).

Muito sutilmente, Cassiano Ricardo lança o bandeirante como símbolo da nacionalidade, exemplo de “brasileiro” patriota e valoroso, disposto a doar sua vida pelo bem da pátria, maior contribuição dos paulistas para com o futuro

grandioso do Brasil. É válido ressaltar que Cassiano Ricardo era paulista, mais que isto, o estado de São Paulo, no momento histórico em questão vivia um momento de intensa industrialização e modernização, se explicando em parte a origem da expressão “São Paulo não pode parar” porque que era a “locomotiva da nação”, como mencionou o brasilianista Joseph Love, e que neste momento a “brasilidade” e a identidade nacional estão sendo pensadas a partir da ótica paulista, visto que de lá saíram os primeiros bandeirantes. Há, portanto, uma nítida intenção de se forjar uma personalidade modelo para o brasileiro de então, pois se suprime sua imagem de homem violento e rude em detrimento de uma identidade “bem comportada” e séria, ou seja, o exemplo de cidadão patriota, intenção essa que amadurecerá com o passar dos anos e se fortalecerá na década de 1930, quando é incorporado à política varguista.

Nos anos 30, o “Brasil menino” de Martim Cererê atinge sua “adolescência” e solidifica politicamente suas idéias. Em *O Brasil no original*, o próprio Cassiano diz este ser a “interpretação social e política” do Martim (Ricardo, 1937, p.5).

Todo seu conjunto de obras está permeado por um intenso nacionalismo, idéias autoritárias e repulsa a modelos políticos como o comunismo, liberalismo e fascismo, entretanto, *Brasil no original* talvez seja o livro onde todas essas idéias estejam mais explícitas. Segundo ele:

Na encruzilhada Roma – Moscow, ou melhor, nesta terrível época de deformações políticas, de infecções culturais ou de ideologias forasteiras como as que querem ensaiar entre nós, parece-me justo recorrer ao Brasil na sua origem, na sua história e na índole do seu povo. É um gesto de legítima defesa, contra os que não trepidam em transformar nosso paiz numa caricatura fascista ou comunista.

A um Brasil copiado de outros países, oponho um Brasil nosso, característico. Um Brasil no original (grifo meu). (Idem, p. 6).

Este ensaio está diretamente ligado ao *Manifesto Bandeira*, lançado pelo grupo homônimo em 1936. Fazendo referência ao movimento ocorrido no Brasil colonial, o grupo liderado por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Mário de Andrade, entre outros, colocava-se como verdadeiro “defensor” da nacionalidade e originalidade brasileiras, recebendo maciço apoio da cúpula do governo Vargas e do alto escalão do exército.

Importante notar que Cassiano Ricardo via o Brasil como um corpo jovem e sadio (Velloso, 1983, p. 81), cujas células funcionavam perfeita e harmonicamente. Aqui, todas as “raças” conviviam sem conflitos nem ódio, desfrutando as belas paisagens pela natureza proporcionadas. Como

no Brasil não haveria ódio e os mesmos problemas da Rússia, também não haveria motivos para a existência de luta de classes por aqui, por exemplo, (Ricardo, 1937, p. 69). Bondade, espírito ordeiro, empreendedorismo e cordialidade estão intrínsecos na alma e na personalidade do brasileiro. Segundo artigo publicado pelos membros da organização no jornal *Correio Joseense*, seus objetivos máximos consistem na:

Organização do pensamento original do paiz para a defesa das fronteiras espirituas e da nacionalidade e para o pacifico reajustamento das condições de vida do nosso povo dentro dos fundamentos sociaes e políticos para os quaes evolue o mundo moderno. Dos seus objetivos collateraes constam: o combate educacional aos extremismos, tanto de esquerda quanto da direita e, sobretudo, a difusão de ensinamentos nossos, inteiramente nacionalistas, sem cópia ou arremedo de coisas estrangeiras¹.

Esta harmonia, no entanto, estaria seriamente ameaçada por uma infecção política, vinda com o comunismo, o fascismo e o liberalismo. Desta forma, a única maneira de defender as fronteiras “territoriais e espirituais” seria através de um governo fortemente centralizado e autoritário. O chamado “Estado Bandeirante” foi a proposta de governo do *Movimento Bandeira* para o Brasil.

Este *novo Estado* “considera o sentimento cristão do povo brasileiro, atende ao operariado, estimula o artista, dirige-se às forças armadas, entusiasma o esportista e convida os teóricos e juristas à reflexão” (Velloso, 1983, p. 91), provendo material e espiritualmente todos os cidadãos.

O mundo do trabalho é bastante abordado por Cassiano Ricardo, o que evidencia o quanto o movimento operário sofria pressões e se tornava sinônimo de ilegalidade e desordem. Sintonia e solidariedade foram formas utilizadas por Cassiano para justificar a intervenção do Estado, cujo papel deveria “organizar o trabalho através dos sindicatos. Estes não podem, entretanto, funcionar como forças de classe, reivindicando unicamente seus interesses. Ao invés de serem uma organização contra o Estado, perturbando o ritmo coletivo, os sindicatos devem estar dentro dele em perfeita sintonia com as aspirações do todo”. (Idem, p. 95). Cassiano afirma que:

O Estado da Bandeira será um todo harmônico e o sindicato funcionará nele como uma peça desse todo, em função de solidariedade dos seus membros e de coesão nacional. (Ricardo, 1937, p. 188).

¹ Jornal Correio Joseense, 01/11/1936.

Neste governo, a cultura ocupa ponto estratégico, sendo o canal de difusão e de afirmação da “ideologia nacional” (Velloso, 1983, p.98), é através da cultura que se efetivará a união orgânica entre o Estado e os intelectuais para conter as forças sociais, aparando arestas, maquiando os conflitos e construindo uma idéia de nação ordeira e unida. Cassiano Ricardo e o grupo Bandeira assumem esse projeto de Estado, o compromisso (como se fosse possível) de civilizar, elitizar e homogeneizar a cultura brasileira.

O conceito de democracia também sofre “adaptações” pelo grupo Bandeira. Dessa forma, defende-se um modelo de Estado em que o autoritarismo convive em perfeita sintonia com a chamada *democracia social nacionalista*, ou seja, grosso modo, haveria uma “democracia” onde todas as reformas e decisões fossem tomadas de cima para baixo. A justificativa para tanto se situava na idéia de fragilidade e ingenuidade do povo. A massa deveria, portanto, ser guiada por alguém com autoridade incontestável, por um líder que se antecipasse aos seus problemas. Na tarefa de conduzir a “frágil” população, os intelectuais eram considerados pessoas dotadas de dons especiais, que deveriam atuar como verdadeiros soldados na defesa da nacionalidade e da originalidade (Ricardo, 1937, p. 192), agindo como mediadores entre o Estado e o restante da população.

É clara a semelhança do *Estado Bandeirante* com o *Estado Novo*, até mesmo porque após o golpe de novembro de 1937, praticamente todos que compunham o grupo foram incorporados ao novo governo, extinguindo-se o movimento bandeira.

Neste sentido, a análise de *O Brasil no original* se faz mais importante, pois sendo o amadurecimento político de *Martim Cererê*, serve como um elo com outra obra de grande repercussão de Cassiano Ricardo, *Marcha para oeste*, publicado em 1940, onde, tendo como referencial a figura do Bandeirante, buscou-se elementos para legitimar o regime estadonovista e suas ações, tanto na política para povoamento do interior do país, o desbravar, bem como mitificar a figura de Getúlio Vargas, representado do grande líder e chefe da nação, o verdadeiro patriarca da família bandeirante. Desta forma, o Estado Novo aparece legitimado como o Estado Bandeirante em curso.

Instalado oficialmente em 10 de novembro de 1937, através de um golpe militar que praticamente não enfrentou resistência, o Estado Novo foi um governo que deixou profundas marcas na política e sociedade brasileiras, apesar de sua relativamente curta duração (1937 a 1945), sendo conceituado por Bóris Fausto como “ao mesmo tempo modernizador e autoritário” (Fausto, 2006, p. 91). Para se sustentar, o Estado criou uma potente máquina administrativa, com diversos

dispositivos que tinham como objetivo centralizar o poder no Catete, além de todo um aparato ideológico para justificar o regime e incutir na população a percepção de que viviam um período realmente extraordinário, convencendo-os de que Vargas era o grande líder da nação e “pai dos pobres”, e que era democrático um governo que era na realidade extremamente autoritário. Neste sentido, um dos grandes trunfos do regime estadonovista foi a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939², que regulava os seguintes setores: divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa, coordenando, orientando e centralizando a propaganda interna e externa do regime, fazendo censura a todo tipo de informação, organizando manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências, além de dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo (Velloso, 2003, p. 158).

Fica, portanto, nítido que a proposta do *Movimento Bandeira* foi a vencedora no interior do Estado Novo.

Após a instalação do novo governo, Cassiano Ricardo se tornou um dos homens-fortes de Vargas, atuando principalmente como um dos principais legitimadores do regime, na censura e na chamada “civilização”³ da cultura brasileira. Segundo ele, o cerceamento e repressão à liberdade de expressão se justificavam porque o povo – frágil – é muito volúvel e facilmente iludido com promessas de ideologias forasteiras, que utilizariam dos meios de comunicação para se espalhar e destruir o “tesouro da originalidade” brasileira (Ricardo, 1937, p. 186).

Conclusão

Por meio desta pesquisa, pudemos compreender não só o quão autoritários foram os discursos de Cassiano Ricardo e demais intelectuais do Movimento Bandeira, que serviram aos interesses e propostas políticas de Vargas; como também, a questão da identidade nacional, que continua se fazendo presente nos dias de hoje, cabendo a nós questionarmos sempre que possível o que tem se chamado atualmente de identidade nacional brasileira e se essa “identidade” continua homogeneizando padrões de comportamento e valores; negligenciando conflitos e rememorando mitos novos e antigos.

² Importante notar que o DIP, criado por decreto de dezembro 1939, o órgão tem suas origens no DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural) criado em 1934.

³ No sentido de uma organização autoritária da cultura brasileira, com o governo definindo como “cultura civilizada” o que se alinhava com sua política e ideologia, reprimindo tudo o que saísse de seus padrões.

Referências

- FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas*. Coleção Perfis brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- RICARDO, Cassiano. *O Brasil no original*. 2ª Ed. São Paulo: Coleção Cultural da Bandeira, 1937.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: A influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: EDUSP, José Olympio, 1959.
- VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (org). *O Brasil Republicano*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*. Diss., Departamento de Filosofia. PUC-Rio, 1983.